

**CEDI**

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: *PHIR 21373*

Data: *10.01.85*

Pg.: \_\_\_\_\_

## Os pataxó: genocídio no altar da transição

190  
PAULO SÉRGIO PINHEIRO

A Comissão Teotônio Vilela no dia 12 de dezembro entregou em Brasília um documento sobre os direitos humanos na transição democrática ao candidato presidencial dr. Tancredo Neves. O inusitado da situação não escapou a nenhum dos presentes: em meio às reivindicações e programas sobre os mais diversos temas, baixa um texto falando sobre a violência, a insegurança da população, os menores, os presos, os doentes mentais e os internados nas instituições fechadas.

Mas o dr. Tancredo Neves não precisou ser convencido. Poderia ter dito qualquer coisa, poderia não ter dito nada, agradecido. Poderia ter escolhido mil outros exemplos. Lembrou, exemplarmente, no entanto, o gesto arbitrário e consagrado no Brasil de se prender pessoas, geralmente do povo, por não portarem carteira de trabalho ou documento. E por um ano até fica esquecido na cadeia o indivíduo. Lá na base, lembrou o candidato, estão a miséria e a pobreza: como supremo invólucro está o arbítrio, o autoritarismo.

Na transição democrática, no processo constituinte, se quisermos mudar o modelo político e econômico, somos obrigados a repensar as complexas relações das instituições policiais e judiciárias com a população. Não é uma mudança automática: corrige-se o descalabro na política econômica e magicamente a violência se aplacará. Nada disso. As duas frentes, a do bem-estar, a das políticas públicas voltadas para a população e aquela do enfrentamento da questão da violência devem ser feitas simultaneamente. O teste da democracia é saber como a sociedade lida com a questão da violência. "Não existirá Brasil moderno, nem haverá segurança e tranquilidade para a população, sem uma radical reforma nos métodos policiais, pois não haverá uma verdadeira situação democrática na base, enquanto a polícia for um fator de medo e de opressão"; diz o documento. Inútil pretender lidar com a insegurança da população, com o trucidamento da população pelos criminosos, com mais sangue, deixando intocada o arbítrio e a corrupção. Exemplar no seu conteúdo simbólico a decisão inédita do governo de São Paulo da anulação por fraude de concurso na polícia de São Paulo, impedindo, como foi dito, que bandidos ingressassem na Polícia Civil. Não podemos ser civilizados na forma política de governo e nos conformarmos com a barbárie em outros departamentos.

Por essa mesma razão algumas

situações limites de suprema opressão, além das que nos cercam aqui e agora, não podem ser escamoteadas em meio a grande celebração da vitória da transição. No documento, a Comissão Teotônio Vilela pergunta, entre uma dezena de problemas, "que mudará no respeito aos direitos de nossos índios, como hoje os pataxó, acuados e cercados?". Se as vítimas da opressão e do crime na população são cidadãos de segunda ordem, os índios nem ordem têm. Por isso mesmo o Brasil, que se emociona às lágrimas (justamente) com os esqueletos infantis da Etiópia (iguais aliás aos do Nordeste na seca dos três últimos anos) ou dos milhares de cadáveres de Bhopal, se lixa para os pataxó prisioneiros numa parcela de seu próprio território na Bahia e na iminência de serem massacrados. Onde estão os parlamentares, as forças vivas das oposições das diretas e da transição que não soltam um pio a respeito?

Há cerca de três mil homens armados nas vizinhanças das terras indígenas dos pataxó. Pouco mais de mil índios, homens, mulheres, crianças, estão cercados e sem acesso à água potável e sem alimentos. O governo da Bahia recusa-se a receber as lideranças indígenas. A Polícia Federal geralmente tão prestimosa para reprimir greves, protestos, reuniões partidárias, declara-se incapaz, pobrezinha, de conter a violência, um massacre contra os índios. Se essas cenas desprezíveis e vexaminosas para a Bahia, para o Brasil, para a transição democrática, estivessem ocorrendo no Sri Lanka já estaríamos assistindo procições de indignados e teríamos mergulhado num mar de solidariedade. Aqui a Comissão Pró-Índio está, pasmem, recolhendo Água Mineral (rua Caiubi, 126 - Perdizes) e organizando Postos de Arrecadação d'Água (telefone 864-1180), e recolhendo fundos (Banco Itaú, agência 0935 - Bahia, número 00067-9). Será que nossas lideranças democráticas não se rolam de vergonha diante dessa necessidade de exportação de água para os índios sitiados na Bahia? Abstraia-se que sejam índios, são pessoas concretas. Não importa, estão tendo o tratamento "vip" que merece o povo brasileiro.

O que é mais escandaloso é os índios pataxó hãhãhã estarem reivindicando simplesmente o respeito à lei. A região onde eles estão localizados, a Reserva Paraguaçu-Caramuru, foi criado por um decreto em 1926 e, já reduzida, demarcada em 1937. Depois de décadas de corrupção de funcionários, ameaças aos índios, queima de ranchos, negociações ilegais, houve a invasão quase total

da área dos Postos Indígenas pelos fazendeiros. Em 1976, apesar da Funai disposta a demarcar mais uma vez as terras, o governo do Estado da Bahia distribuiu títulos aos fazendeiros, contrariando os principais legais vigentes. Em 1982 os índios resolveram regressar às suas terras, amparados na lei estadual e na Constituição Brasileira. A Funai entrou com um processo na Justiça Federal buscando a anulação dos títulos de propriedade dessas terras indígenas, distribuídos ilegalmente entre os fazendeiros pelo governo baiano, já que toda tentativa de encontrar uma solução negociada havia-se esgotado. O aumento da violência, o cerco dos jagunços armados de metralhadoras nos acessos ao território indígena (na última semana de novembro balearam dois funcionários da Funai que ali tentavam entrar), na melhor tradição do nazismo ou das práticas sul-africanas do apartheid, demonstra às escâncaras a impossibilidade de o esbulho das terras dos pataxó ser reconhecido pela Justiça.

É evidente, como disse o senador Severo Gomes, uma das poucas vozes parlamentares a se manifestar a respeito, que alguma solução precisa ser rapidamente encontrada, buscando compensações até para os que tenham interesses lesados: não é culpa dos índios que o cacau tenha experimentado um boom no mercado internacional e que suas terras estejam no centro cacauero. A ordem legal brasileira, a transição democrática, o processo constituinte não pode prosseguir como se nada estivesse acontecendo lá na Bahia. Desse conflito se poderia dizer, como está no documento em relação a todos os marginalizados, "é um povo que hoje não significa muito na balança do poder, que sequer é cortejado pelos partidos políticos. Assumir uma solidariedade militante com ele não rende dividendos na delicada correlação de forças que vem definindo ao longo dos anos os destinos do Brasil. Mas esta é uma questão vital. É a nossa possibilidade de nos encarmos não apenas como um país, mas como uma civilização". Um país civilizado não pode permitir que os descendentes de nossos fundadores, os que detêm o código de nossas origens, sejam abatidos como gado de corte. Nenhuma democracia é digna, com esse preço.

PAULO SÉRGIO PINHEIRO, 41 anos, é professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e membro da Comissão Teotônio Vilela. Atualmente é assessor especial do governador do Estado de São Paulo.